

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT  
2ª-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD  
3ª-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV  
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL  
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

## SUMÁRIO

- 1 – PROPOSIÇÕES DE LEI**
- 2 – ATAS**
  - 2.1 – 35ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa do Estado de Minas Gerais
  - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
  - 3.1 – Plenário
  - 3.2 – Comissões
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



## PROPOSIÇÕES DE LEI

### PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.528

Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado a Festa da Manga, realizada no Município de Itaobim.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica reconhecida como de relevante interesse cultural do Estado, nos termos da Lei nº 24.219, de 15 de julho de 2022, a Festa da Manga, realizada no Município de Itaobim.

Art. 2º – O reconhecimento de que trata esta lei, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 24.219, de 2022, tem por objetivo valorizar bens, expressões e manifestações culturais dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 26 de outubro de 2023.

Deputado Tadeu Martins Leite – Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

### PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.529

Reconhece como de relevante interesse econômico e social do Estado a piscicultura ornamental da Microrregião de Muriaé.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica reconhecida como de relevante interesse econômico e social do Estado a piscicultura ornamental da Microrregião de Muriaé.

Parágrafo único – O reconhecimento de que trata esta lei tem por objetivo o fortalecimento da economia regional e a promoção e o incentivo ao desenvolvimento da cadeia produtiva da piscicultura ornamental no Estado.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 26 de outubro de 2023.

Deputado Tadeu Martins Leite – Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

### PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.530

Altera o art. 1º da Lei nº 11.335, de 20 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a assistência integral, pelo Estado, à saúde reprodutiva da mulher e do homem.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O inciso V do *caput* do art. 1º da Lei nº 11.335, de 20 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação, e fica acrescentado ao mesmo artigo o § 2º a seguir, passando seu parágrafo único a vigorar como § 1º:

“Art. 1º – (...)

V – o incentivo à amamentação, à coleta e ao armazenamento do leite materno, especialmente por meio da instalação de salas de apoio à amamentação;

(...)

§ 2º – Para a instalação das salas de apoio à amamentação a que se refere o inciso V do *caput*, os órgãos da administração direta ou indireta do Estado observarão as diretrizes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa – e do Ministério da Saúde.”.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 26 de outubro de 2023.

Deputado Tadeu Martins Leite – Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

### PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.531

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piraúba o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Piraúba o imóvel com área de 960m<sup>2</sup> (novecentos e sessenta metros quadrados), situado na Rua Albuína de Aquino, nº 118, Bairro Boa Vista, naquele município, e registrado sob o nº 13.864, no Livro 2, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guarani.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o *caput* destina-se ao funcionamento de uma unidade básica de saúde.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do doador se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 26 de outubro de 2023.

Deputado Tadeu Martins Leite – Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

### **PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.532**

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bias Fortes o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Bias Fortes o imóvel com área de 480m<sup>2</sup> (quatrocentos e oitenta metros quadrados), situado na Rua Celso Sul Ferreira, naquele município, e registrado sob o nº 2.544, a fls. 2.544 do Livro 2, no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Barbacena.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o caput destina-se ao funcionamento da Secretaria de Saúde.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 26 de outubro de 2023.

Deputado Tadeu Martins Leite – Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

### **PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.533**

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Antônio Dias os imóveis que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Antônio Dias os seguintes imóveis, registrados no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Antônio Dias:

I – imóvel com área de 825m<sup>2</sup> (oitocentos e vinte e cinco metros quadrados), situado na Rua Doze de Outubro, naquele município, e registrado sob o nº 4.672, a fls. 51 do Livro 3-F;

II – imóvel com área de 800m<sup>2</sup> (oitocentos metros quadrados), situado na Rua do Sítio, naquele município, e registrado sob o nº 4.268, a fls. 235 do Livro 3-E.

Parágrafo único – Os imóveis a que se referem os incisos I e II do caput destinam-se ao funcionamento de uma casa de apoio à pessoa idosa.

Art. 2º – Os imóveis de que trata esta lei reverterão ao patrimônio do doador se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhes tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 26 de outubro de 2023.

Deputado Tadeu Martins Leite – Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

### PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.534

Institui a Política Estadual de Abastecimento Alimentar – Peaa.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – As ações do Estado voltadas para o abastecimento alimentar atenderão às normas da Política Estadual de Abastecimento Alimentar – Peaa –, instituída nos termos desta lei, em consonância com a Lei nº 22.806, de 29 de dezembro de 2017, que trata da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – Pesans.

§ 1º – Para os fins desta lei, entende-se por abastecimento alimentar a garantia de disponibilidade de alimentos para toda a população, em condições apropriadas em termos de quantidade, preço e qualidade, sob formas socialmente equitativas, ambientalmente sustentáveis e culturalmente adaptadas.

§ 2º – A articulação da Peaa com a Pesans terá como instrumento plano estadual de abastecimento alimentar, nos termos de regulamento.

Art. 2º – A implementação das ações a que se refere o art. 1º observará os seguintes princípios e diretrizes:

I – promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional, com ênfase na disponibilidade e na acessibilidade dos alimentos;

II – valorização dos produtos da sociobiodiversidade, da agroecologia e dos modos tradicionais de produção;

III – participação e controle social;

IV – incentivo aos hábitos alimentares saudáveis;

V – vigilância quanto à qualidade e à segurança dos alimentos, desde a produção até o consumo.

Art. 3º – As ações do Estado voltadas para o abastecimento alimentar terão os seguintes objetivos:

I – promover o acesso regular e permanente da população a alimentos, em quantidade, qualidade e diversidade adequadas;

II – aperfeiçoar os mecanismos de compras institucionais e ampliar o acesso ao mercado da produção da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais;

III – promover os circuitos locais e regionais de produção, processamento, distribuição e comercialização de alimentos;

IV – minimizar a intermediação na comercialização de alimentos e estimular o comércio direto, com a incorporação de novas tecnologias e a abertura de canais adequados para o escoamento de produtos;

V – promover a redução do desperdício de alimentos, desde a produção até o consumo;

VI – monitorar os preços ao produtor e no varejo, como instrumento da política de abastecimento alimentar;

VII – incentivar o consumo de alimentos in natura, em especial das frutas e hortaliças;

VIII – promover os hábitos alimentares regionais e valorizar a diversidade regional de alimentos;

IX – zelar pela inocuidade dos alimentos, bem como por sua qualidade nutricional;

X – regular e mitigar progressivamente o uso de tecnologias de produção de alimentos nocivas à saúde e ao meio ambiente;

XI – assegurar ao consumidor o direito à informação adequada sobre as condições dos produtos ofertados;

XII – adotar medidas que contribuam para o disciplinamento da rotulagem e da publicidade dos produtos alimentícios;

XIII – assegurar o livre acesso dos produtores rurais a estruturas e sistemas de apoio ao abastecimento público de alimentos;

XIV – assegurar e estruturar uma rede de unidades de comercialização de alimentos, estrategicamente localizadas, com capacidade de atendimento às demandas sociais e emergenciais;

XV – apoiar a modernização e a revitalização dos mercados municipais e incentivar as feiras livres;

XVI – apoiar a estruturação e a modernização do comércio varejista de pequeno porte para a melhoria do abastecimento alimentar nas comunidades carentes, em especial nas periferias dos centros urbanos;

XVII – apoiar e fomentar a implementação de unidades e centros de distribuição de alimentos para o abastecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae.

Art. 4º – Na implementação de programas de aquisição e doação de alimentos, as compras governamentais serão preferencialmente realizadas junto aos produtores a que se refere o inciso II do art. 3º.

Art. 5º – Na implementação das ações de que trata esta lei, o Estado poderá instituir um sistema de informações agrícolas e de abastecimento, com o objetivo de estruturar dados, informações, estudos e análises relativos a abastecimento alimentar nos campos de produção, preços agrícolas e do varejo, estoques públicos e desempenho do suprimento alimentar, entre outros temas de interesse.

Art. 6º – O controle social das ações de que trata esta lei deverá observar as diretrizes e orientações do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais – Consea-MG – e do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – Cedraf-MG.

Art. 7º – A gestão das ações de que trata esta lei compreende a conjugação de esforços entre órgãos e entidades da administração pública estadual e municipal e do controle social, em suas respectivas esferas de competência.

Parágrafo único – O exercício do controle social a que se refere o *caput* será realizado por órgão coletivo, que atuará nas seguintes atribuições, sem prejuízo de outras definidas em regulamento:

I – contribuir para a elaboração do plano a que se refere o § 2º do art. 1º;

II – indicar prioridades e metas;

III – coordenar a implementação da política de que trata esta lei;

IV – definir a sistemática de monitoramento e avaliação.

Art. 8º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 26 de outubro de 2023.

Deputado Tadeu Martins Leite – Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

### PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.535

Acrescenta parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 20.849, de 8 de agosto de 2013, que institui a política estadual de incentivo ao uso da energia solar.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica acrescentado ao art. 3º da Lei nº 20.849, de 8 de agosto de 2013, o seguinte parágrafo único:

“Art. 3º – (...)

Parágrafo único – No atendimento ao disposto no inciso I do *caput*, o Estado priorizará a instalação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica para bombeamento de água de poços tubulares localizados em municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.”.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 26 de outubro de 2023.

Deputado Tadeu Martins Leite – Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

### **PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.536**

Declara de utilidade pública a Associação de Assistência aos Portadores de Câncer do Triângulo Mineiro – AAPCTM –, com sede no Município de Uberlândia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Assistência aos Portadores de Câncer do Triângulo Mineiro – AAPCTM –, com sede no Município de Uberlândia.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 26 de outubro de 2023.

Deputado Tadeu Martins Leite – Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

### **PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.537**

Declara de utilidade pública o Instituto Ágape – Vida e Cidadania, com sede no Município de Itabira.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Instituto Ágape – Vida e Cidadania, com sede no Município de Itabira.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 26 de outubro de 2023.

Deputado Tadeu Martins Leite – Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

### **PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.538**

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Quilombola da Comunidade do Espinho, com sede no Município de Gouveia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Quilombola da Comunidade do Espinho, com sede no Município de Gouveia.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 26 de outubro de 2023.

Deputado Tadeu Martins Leite – Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

### **PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.539**

Declara de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Barra Cural de Pedra, com sede no Município de Serranópolis de Minas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Barra Cural de Pedra, com sede no Município de Serranópolis de Minas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 26 de outubro de 2023.

Deputado Tadeu Martins Leite – Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

### **PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.540**

Declara de utilidade pública a Associação dos Agricultores Familiares da Região de Fervedouro, com sede no Município de Fervedouro.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Agricultores Familiares da Região de Fervedouro, com sede no Município de Fervedouro.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 26 de outubro de 2023.

Deputado Tadeu Martins Leite – Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário



ATAS

**ATA DA 36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 25/10/2023****Presidência do Deputado Tadeu Martins Leite e das Deputadas Leninha e Lud Falcão**

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Atas – 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do deputado Ulysses Gomes; aprovação – Chamada para a recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos – Questão de Ordem; Suspensão e Reabertura da Reunião – Chamada para a recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos – Questões de Ordem – Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 53/2023; requerimento do deputado Eduardo Azevedo; votação do requerimento; aprovação – Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 954/2023; não apreciação da proposição – Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.450/2022; não apreciação da proposição – Registro de Presença – Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.050/2023; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.576/2020; aprovação – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 229/2023; aprovação – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.437/2020; aprovação – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.915/2021; apresentação das Emendas nºs 7 a 9; encerramento da discussão; encaminhamento das emendas com o projeto à Comissão do Trabalho – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.340/2021; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.376/2021; aprovação na forma do Substitutivo nº 2; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 339/2023; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 404/2023; aprovação na forma do Substitutivo nº 2; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.159/2023; aprovação na forma do Substitutivo nº 3; prejudicialidade dos Substitutivos nºs 1 e 2 e da Emenda nº 1 – Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13/2023; apresentação do Substitutivo nº 3; não recebimento do Substitutivo nº 3; encerramento da discussão; votação nominal do Substitutivo nº 2; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 – Declarações de Voto – 3ª Fase: Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final: Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 765/2019, 2.812 e 2.997/2021, 3.610, 3.958 e 3.990/2022 e 766 e 1.158/2023; aprovação – Declarações de Voto – Encerramento.

**Comparecimento**

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Tadeu Martins Leite – Leninha – Duarte Bechir – Betinho Pinto Coelho – Antonio Carlos Arantes – João Vítor Xavier – Adriano Alvarenga – Ana Paula Siqueira – Andréia de Jesus – Arlen Santiago – Arnaldo Silva – Beatriz Cerqueira – Bella Gonçalves – Betão – Bim da Ambulância – Bruno Engler – Caporezzo – Carlos Henrique – Cassio Soares – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Delegada Sheila – Delegado Christiano Xavier – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Dr. Maurício – Eduardo Azevedo – Elismar Prado – Enes Cândido – Fábio Avelar – Gil Pereira – Grego da Fundação – Gustavo Santana – Ione Pinheiro – João Junior – João Magalhães – Leandro Genaro – Leonídio Bouças – Lohanna – Lucas Lasmar – Lud Falcão – Luizinho – Macaé Evaristo – Maria Clara Marra – Marli Ribeiro – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Nayara Rocha – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Ricardo Campos – Roberto Andrade – Rodrigo Lopes – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vitório Júnior – Zé Guilherme – Zé Laviola.

**Abertura**

O presidente (deputado Tadeu Martins Leite) – Às 10h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura das atas das duas reuniões anteriores.



**1ª Parte****Atas**

– O deputado Thiago Cota, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

**2ª Parte (Ordem do Dia)****2ª Fase**

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

**Discussão e Votação de Proposições**

O presidente – Vem à Mesa requerimento do deputado Ulysses Gomes em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 3.450/2022 seja apreciado último lugar dentre as matérias em fase de votação e a Proposta de Emenda à Constituição nº 13/2023 seja apreciada último lugar dentre as matérias em fase de discussão. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado.

Tendo em vista a importância das matérias constantes na pauta, solicito ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Adriano Alvarenga) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 42 deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos.

**Questão de Ordem**

O deputado Ulysses Gomes – Cumprimento o presidente Tadeu, as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados. Presidente, eu trago um pedido a V.Exa., neste momento para suspender os trabalhos por algum período. Porque infelizmente, presidente, eu quero compartilhar aqui a triste realidade que nós estamos vivendo e sendo solidários com várias companheiras nossas do bloco de oposição. Elas têm sofrido ameaças permanentes, e-mails com ameaças de diversos... Eu não quero aqui usar o termo nem explorar essa questão, mas tem inviabilizado o dia a dia da vida particular e pessoal de cada uma delas e, obviamente, a atividade política. Eu sei que V. Exa. tem se empenhado diariamente junto à Polícia Militar, à Polícia Civil, ao Ministério Público; eu já estive falando com o procurador várias vezes, o Dr. Jarbas, sobre a solidariedade e o empenho dele, mas, a verdade, presidente, é que a gente não tem visto um resultado concreto, e essas ameaças têm aumentado. Ontem várias deputadas receberam mais ameaças; hoje pela manhã mais e-mails com ameaça de estupro coletivo, de perseguição à família, de informações que, como eu disse, inviabilizam não só a vida delas, mas preocupam a todos. E tem acontecido aqui, presidente, na Casa, a exploração desses fatos em um aspecto político, pois alguns deputados pegam os fatos e exploraram isso politicamente. Nós não podemos aceitar isso, e a oposição não tem outra forma de agir, de pressionar, senão obstruindo os trabalhos. Nós temos pauta importante na Casa, projeto de deputados, e a gente pode até dizer: “Mas o que os deputados têm a ver com isso?” Talvez diretamente cada um, no seu trabalho, não tenha nada a ver com isso, mas na solidariedade, na empatia, no compromisso de mudarmos a sociedade, na ação coletiva aqui na Casa, todos nós temos responsabilidades em nossos atos. De alguma forma eles vão ter consequência: na solidariedade que a gente tem ou não, no gesto que a gente faz ou não, no apoio que a gente dá ou não, na denúncia que a gente faz ou não. Então há, sim, uma responsabilidade coletiva. Além de projeto de deputados e deputadas, nós temos uma PEC importante que pode ajudar a ação política de cada deputado e pode, na efetividade da sua emenda, permitir que a gente possa, o ano que vem, destinar recursos para hospitais, para entidades. Vai ser muito bom, mas se o único instrumento legislativo, que é obstruir, tiver como consequência não votar alguns projetos que melhorem aqui, mas possam ajudar a Casa a se mobilizar para proteger parlamentares, para levar para a sociedade um recado de que a

Assembleia está preocupada com esse tipo de ação de ameaças e não vai se calar, vai ser, então, a medida que nós vamos adotar. Portanto, gostaria de pedir a suspensão da reunião para conversar melhor com V. Exa. e com os demais líderes, porque nós não podemos permitir essa situação. Essa é a grande questão, presidente. Eu compartilho isso com V. Exa., que tem diariamente cobrado solução em relação a essas ameaças. Deputados e deputadas, nós não podemos aceitar esse nível de ameaças que as nossas deputadas têm diariamente sofrido. Não dá! Ou nos unimos aqui, de forma solidária – não tem lado político, não tem lado ideológico – ou não dá para continuar. Não faz sentido a Assembleia continuar, continuar, continuar e, daqui a pouco, a única solução for cercar deputadas dentro de uma casa, numa cela ou aqui dentro, e não poderem sair daqui. É encher de policiais em torno para elas terem vida para sobreviver. Não dá! Eu já não sei mais. V. Exa. antes falou comigo: “Deputado, a gente não sabe mais o que fazer.” É verdade, a gente não sabe o que fazer. Então nós temos que dar um recado juntos, nós temos que dar um recado para a sociedade, porque o que vai acontecer é que hoje são as deputadas... “Ah, mas é privilegiada. E a cidadã, o cidadão simples que não tem isso?” Ou a gente dá o recado que essas ameaças não têm condição de continuar ou nós vamos ser submetidos a algo sobre o qual realmente não temos controle. E exatamente para a gente ter um nível de controle que eu peço a V. Exa. a suspensão dos trabalhos, um tempo para tratarmos sobre isso e conversarmos um pouco com os líderes para poder seguir em frente, deputado.

O presidente – Obrigado, deputado Ulysses Gomes. A presidência vai suspender os trabalhos, para que a gente possa fazer uma reunião entre os líderes e discutir esse tema, que é um tema importante para o Parlamento, importante para a sociedade mineira, importante para que a gente garanta aqui a autonomia e o trabalho das deputadas e deputados para todo o Estado de Minas Gerais.

#### **Suspensão da Reunião**

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 40 minutos para entendimentos entre as lideranças. Estão suspensos os nossos trabalhos.

#### **Reabertura da Reunião**

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos. Solicito ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Marquinho Lemos) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 46 deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos.

#### **Questões de Ordem**

O deputado Doutor Jean Freire – Bom dia, Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas. Eu gostaria de convidar os colegas líderes, Ulysses, Cassio, para ficarem aqui. Nós estávamos em reunião de líderes agora, após a fala do companheiro Ulysses. Ulysses, parabéns. Tenho orgulho de você ser líder do nosso bloco. Parabéns por sua fala. Não se trata aqui de uma questão de ideologia simplesmente. Ao lado aqui do líder de governo, eu acho que este é um momento para esquecermos ideologia e pegarmos aquilo que nos une, deputado Carlos Henrique, deputado Cassio Soares, deputado Gustavo. E o que nos une aqui é a defesa da vida, é a defesa da vida. É inaceitável a gente aceitar o que está acontecendo; é inaceitável aceitar – a fala é essa mesmo – o que está acontecendo. Quero parabenizar V. Exa., presidente, pela condução, pela sensibilidade, pela solidariedade às nossas companheiras deputadas. Por que só elas? Por que só elas estão recebendo essas ameaças? Minha solidariedade, companheira Lohanna, porque ontem, durante o dia, você também recebeu ameaças, e mais ameaças até no seu e-mail particular. Você, Bella, paga muitos preços. Você paga por ser de esquerda, sim, mas você paga por ser mulher e paga por ser lésbica, você paga por isso também. Você estava em um ambiente, era seu direito estar lá, e, a meu ver, comete crime quem filma você sem a sua autorização; a meu ver, comete crime quem coloca mais vida no ódio, quem estimula o ódio e a violência e quem reproduz isso também. Parece-me que você conseguiu uma ordem judicial para que o vídeo fosse retirado de publicação, mas, após isso, o vídeo continua sendo reproduzido. Ali agora, numa reunião de líderes, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, numa reunião de líderes para tratar o assunto, o deputado Ulysses Gomes

recebeu o vídeo encaminhado por um parlamentar desta Casa. Isso nós não podemos aceitar! Não tem como aceitar isso! Então eu quero dizer, mais uma vez, “gradidão” ao presidente e aos líderes. Que nós possamos, deputada Macaé, tomar uma atitude firme. Nós temos muitas pautas importantes sendo discutidas nesta Casa. O Regime de Recuperação Fiscal, independentemente de concordamos ou não com ele, é uma pauta importante, deputada Beatriz, e nós temos muita contribuição a dar. Nós não queremos, de maneira alguma – apesar de que foi esse o jeito que o deputado Ulysses encontrou corretamente –, obstruir os trabalhos, para que possamos tratar dessa pauta. Eu quero aqui, deputados Cassio, João, Carlos e Gustavo, dizer o seguinte: nós temos muitas diferenças no campo da política, mas sou grato a vocês pelas posições que colocaram ali agora, no Colégio de Líderes; sou grato a vocês por estarmos juntos nessa pauta, nessa luta em defesa, sobretudo, da vida. Amanhã ou depois, pode acontecer algo pior, e aí eu quero ouvir a fala dos deputados, eu quero ver se vão postar videozinhos também quando acontecer algo de pior. É momento de todos nós, deputados e deputadas, mesmo os que não são da mesma ideologia política, defender essa pauta. Eu repito o que venho falando: eu não preciso ser mulher para defender a pauta das mulheres, eu não preciso ser gay para defender a diversidade. Eu não preciso disso. Então eu agradeço a vocês por termos encontrado um ponto que nos une. Gratidão.

O deputado Cassio Soares – Muito obrigado, Sr. Presidente, nobres colegas deputados, especialmente as deputadas desta Casa, as mulheres desta Casa. E na esteira do que disse o meu amigo líder, deputado Doutor Jean Freire, eu quero aqui também trazer algumas considerações. Primeiro, presidente, quero lamentar este fato: enquanto deveríamos estar aqui discutindo políticas públicas para melhorar a vida da população mineira, estamos aqui, lamentavelmente, discutindo atitudes abomináveis de determinado colega que expõe questões pessoais, que expõe de forma caluniosa parlamentares. Nós devemos levar em conta as diferenças políticas e ideológicas, pois aqui é a arena, aqui é o palco. As comissões temáticas desta Casa, a tribuna, o Plenário são palcos de discussões democráticas, seja de que campo político ideológico for, mas extrapolar isso meramente visando a uma lacração na internet para ganhar likes, visualizações e simpatia de determinada bolha radical, isso, sim, é abominável, Sr. Presidente. Nós queremos aqui uma Casa que, antes de mais nada, esteja unida para a discussão de ideias, para fazer debates e buscar soluções para Minas Gerais. Sendo dessa forma, toda minha solidariedade às mulheres, especialmente as que foram ameaçadas. Estamos aguardando a Justiça e também os órgãos investigativos para que elucidem essas ameaças. Quero me solidarizar, sobretudo, com a deputada Bella Gonçalves, que foi exposta de maneira criminosa, caluniosa, desnecessária e imoral por um colega, presidente.

O deputado João Magalhães – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, é lamentável estarem acontecendo esses fatos nesta Casa Legislativa. E aqui a gente quer se solidarizar não só com as deputadas, mas também com todos os deputados da Casa. Quando se ataca um colega, ataca-se a Casa inteira. Vocês têm a nossa solidariedade; o governo está empenhado, através da Secretaria de Segurança Pública, em ajudar a desvendar esses assassinos que vêm ameaçando parlamentares, principalmente as nossas deputadas. A nossa solidariedade. Contem conosco.

A deputada Macaé Evaristo – Bom dia, Sr. Presidente! Bom dia, deputada Leninha, nossa vice-presidenta! Presidente, eu quero lamentar o que está ocorrendo nesta Casa e também falar para a população de Minas Gerais. É uma luta muito grande para que as mulheres, nas suas mais diferentes formas de pensar e de experiências de vida, possam chegar a este Parlamento. E é inadmissível o que nós estamos vivendo em Minas Gerais: parlamentares eleitas tendo seu mandato colocado em risco devido à violência, ameaças que não cessam, são diárias, cotidianas, nos e-mails da Assembleia Legislativa, nos e-mails pessoais das parlamentares; ameaça de assassinato, ameaça de estupro coletivo, tudo isso motivado por posições políticas, pelo exercício do mandato parlamentar. Nós chegamos aqui em função de um programa político, de uma pauta política. E nós fomos eleitas e temos direito a esse exercício, o direito à vida pública, o direito à política, que é um direito das mulheres. E nós somos muitas mulheres, estamos nos mais diferentes lugares. Não cabe aqui nenhum julgamento sobre a agenda, sobre o que faz uma deputada, porque não é muito diferente do que faz um deputado. E outra coisa, quando uma parlamentar está sendo ameaçada de morte, de estupro coletivo, não há um lugar, não há uma bola de cristal para a gente adivinhar onde isso vai acontecer. Infelizmente, no nosso país, nós já vivemos isso e choramos a morte de Marielle – a gente recebeu aqui ontem a irmã dela, a nossa ministra da Igualdade Racial. A gente sabe que Marielle foi

assassinada num dia de semana comum, saindo de uma reunião de trabalho, mas nós não sabemos... O irmão da deputada Sâmia Bomfim foi assassinado junto com outros dois médicos, chegando ao Rio de Janeiro para um congresso. É claro, a gente sabe que, por trás disso, existem as questões e os posicionamentos políticos. Ontem, infelizmente – e eu quero prestar aqui a minha solidariedade também à deputada Sâmia Bomfim –, a deputada se afastou do seu mandato parlamentar devido a toda gravidade dessa situação, que, no nosso país, tem sido empurrada para debaixo do tapete. Apesar dos esforços, como disse aqui o nosso líder, que os governos têm feito, eles são insuficientes. Então esta Casa tem que parar para dizer o que está acontecendo. Se é inadmissível que ofensas como essa, tentativas de interdição sejam ditas por qualquer cidadão e cidadã contra uma parlamentar, é mais inadmissível ainda que, dentro desta Casa, existam pessoas que queiram auferir fama, ibope, destruindo a vida parlamentar de uma mulher nesta Casa. Então, Sr. Presidente, nós temos que exigir. Nós temos órgãos da polícia, nós temos inteligência da polícia. Não é possível que a gente não tenha, até hoje, colocado aqui, na Mesa, quem são os responsáveis por essas ameaças, seja à deputada Andréia de Jesus, que há anos vive com escolta, sejam às nossas colegas deputada Bella, deputada Beatriz Cerqueira, deputada Lohanna. Não dá mais! Não dá para esta Casa agir como se nós estivéssemos na normalidade. Isso é tentativa autoritária, isso é ataque à democracia, e a gente, em absoluto, não pode se silenciar diante desse fato. Então minha solidariedade a todas as parlamentares, em especial à deputada Bella Gonçalves. E que a nossa Comissão de Ética comece fortemente a trabalhar para que a gente pare, de uma vez por todas, com esses arroubos, que eu poderia chamar de infantis se não visse, por trás disso, uma ação que coloca em risco a vida das nossas parlamentares. Obrigada.

O deputado Carlos Henrique – Sr. Presidente, demais deputados e deputadas desta Casa, no livro de Mateus 5:9, nós aprendemos que bem-aventurados são os pacificadores, porque serão chamados filhos de Deus. É muito importante nós buscarmos esse caminho da boa convivência, da tolerância, do respeito. Nós aqui representamos todo um contexto da população de Minas Gerais nas suas diversas correntes. Há deputados votados nesta Casa com 600 mil votos, 200 mil votos, 30 mil votos, mas todos nós representamos a vontade, o anseio da população. É claro que as nossas ações reverberam para esse conjunto de pessoas que nos apoiaram. Então nós temos que ter prudência na nossa fala, porque o mundo está em guerra, nós estamos vivendo em guerra. E esse ambiente de guerra dói, machuca, marca a vida das pessoas emocionalmente, psicologicamente e traz muitos traumas, traz medo, traz angústia na alma, e é tudo o que nós não queremos neste ambiente de trabalho. É preciso que se revejam posições, falas que exponham a vida de colegas nesta Casa. Nós temos, como bem disse a deputada que me antecedeu... E aí eu vou discordar do contexto político dela, porque os casos não estão de todo solucionados, mas não existe, a meu ver, contexto político; existe uma violência urbana. A gente quer uma finalização dessa investigação para dirimir qualquer dúvida sobre se existe contexto político, de fato, nessas mortes trágicas que assustam todos – morte de deputada, de parentes, de irmão de deputada. Mas nesse contexto político eu não quero entrar; isso cabe à polícia investigar e trazer ao seio da população a verdade dos fatos. Mas o fato é que nós precisamos aqui tomar muito cuidado com as nossas falas, porque isso expõe colegas desta Casa, expõe ao risco da violência, ao risco da agressão, ao risco de um assassinato, ao risco da violência em todos os seus aspectos. As mulheres estão conquistando seu espaço nas organizações políticas, empresariais, sociais – são todas muito bem-vindas. Nós devemos saber conviver com as diferenças, com ideologias, ideias diferentes. Nós não podemos aqui também subir à tribuna da Casa e pregar, estimular o antissemitismo também, não. Nós não podemos aceitar esse tipo de discurso. Judeus estão sendo mortos também pelo mundo pelo discurso antissemita, que também foi falado aqui nesta Casa. É uma violência! Então todo tipo de violência tem que ser erradicada, até mesmo na fala. A tribuna é livre, mas a livre expressão de pensamento tem limites. E esse limite começa quando o respeito ao outro é garantido. Então a nossa solidariedade às deputadas e aos deputados que aqui, nesta Casa, são constantemente ofendidos.

O deputado Gustavo Santana – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, minha fala vai ser curta, porque todos aqui já demonstraram seu pensamento. Deixo aqui registrado que para todas as deputadas ameaçadas, não só para a deputada Bella, como para a Lohanna, que também foi ameaçada, mas para todas temos que cobrar uma resposta rápida da secretaria. E o nosso líder, que me antecedeu aqui, falou uma coisa muito importante: nós temos que pacificar, pois temos que ter tranquilidade para fazer o que o

povo mineiro espera de nós, que é legislar com respeito aos pares. Os 77 deputados têm que cuidar dos 77 deputados desta Casa, independentemente de ideologia política. Defender sua bandeira, discutir os pensamentos é democracia, mas devemos fazer isso com paz. Então deixo aqui este registro e vamos embora para a votação.

O presidente – Como todos os deputados e deputadas desta Casa sabem, como presidente, eu tenho que tentar ao máximo manter a isenção em todos os trabalhos aqui, ouvindo a todos, entendendo todos os lados desta Casa, mas, infelizmente, os fatos que ocorreram nos últimos dias, de forma lamentável, o Parlamento não pode aceitar. Pelo contrário, qualquer tipo de ameaça a deputadas e deputados desta Casa é uma ameaça ao Parlamento e à sociedade mineira. E é por isso que esta Casa, este Parlamento e este presidente tomaremos, com certeza, medidas enérgicas para que isso não aconteça, não só para a proteção das deputadas, que estão, infelizmente, sob ameaça e sob escolta neste momento, mas também para que exageros não aconteçam dentro desta Casa. Este tapete vermelho é o tapete do diálogo, da democracia, da liberdade, mas, como tudo na vida, nós temos que ter, obviamente, limites.

Então manifesto a minha solidariedade às deputadas e aos deputados de toda a Casa, que infelizmente passaram por esse transtorno nessas últimas 24 horas, especialmente a deputada Bella Gonçalves, que foi vítima de abusos nos últimos momentos, nas últimas horas. Mas tenho certeza de que a fala dos líderes – e aqui líderes do governo, dos blocos, da oposição –, ou seja, a fala de todos os líderes deste Parlamento demonstra que a Casa está unida para combater os exageros e a violência contra as deputadas e os deputados desta Casa. Contem com a gente. Sempre contem com esta presidência e com este Parlamento.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 53/2023, do deputado Eduardo Azevedo, que dispõe sobre a prioridade de tramitação dos procedimentos investigatórios na apuração dos crimes hediondos, dos crimes contra a pessoa e dos crimes contra a dignidade sexual que tenham como vítimas crianças e adolescentes, no âmbito do Estado. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão do Trabalho opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Segurança Pública opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Segurança Pública, que opina pela rejeição da Emenda nº 1. Vem à Mesa requerimento do deputado Eduardo Azevedo em que solicita o adiamento da votação do Projeto de Lei nº 53/2023. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 954/2023, do deputado Lucas Lasmar, que reconhece como de relevante interesse cultural do Estado o evento Semana Santa no Município de Oliveira. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A presidência, nos termos do inciso XXXVII do art. 82 do Regimento Interno, deixa de submeter o projeto à votação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.450/2022, do deputado João Vítor Xavier, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Mateus Leme o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. A presidência, nos termos do inciso XXXVII do art. 82 do Regimento Interno, deixa de submeter o projeto à votação.

### **Registro de Presença**

O presidente – A presidência registra a presença do ex-deputado desta Casa e prefeito de Patrocínio, Deiró Marra. Seja bem-vindo, mais uma vez, ao Parlamento.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.050/2023, do deputado Antonio Carlos Arantes, que fica criada a Medalha Ministro Alysson Paolinelli destinada a homenagear pessoas e instituições que prestem relevantes serviços à agropecuária. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há

oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 52 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.050/2023 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Coronel Henrique (PL)

Coronel Sandro (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PATRIOTA)

Douglas Melo (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Paulo (PATRIOTA)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Enes Cândido (REPUBLICANOS)

Fábio Avelar (AVANTE)

Gil Pereira (PSD)

Gustavo Santana (PL)  
João Junior (PMN)  
João Magalhães (MDB)  
Leandro Genaro (PSD)  
Leninha (PT)  
Lohanna (PV)  
Lucas Lasmar (REDE)  
Lud Falcão (PODE)  
Luizinho (PT)  
Macaé Evaristo (PT)  
Maria Clara Marra (PSDB)  
Marquinho Lemos (PT)  
Nayara Rocha (PP)  
Professor Cleiton (PV)  
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)  
Raul Belém (CIDADANIA)  
Roberto Andrade (PATRIOTA)  
Tito Torres (PSD)  
Ulysses Gomes (PT)  
Vitório Júnior (PP)  
Zé Guilherme (PP)  
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.576/2020, do deputado Duarte Bechir, que confere ao Município de Maria da Fé o título de Capital Estadual do Azeite Extravirgem. A Comissão de Agropecuária opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o projeto.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 51 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)  
Ana Paula Siqueira (REDE)  
Andréia de Jesus (PT)  
Antonio Carlos Arantes (PL)  
Arlen Santiago (AVANTE)  
Arnaldo Silva (UNIÃO)  
Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)  
Betão (PT)  
Betinho Pinto Coelho (PV)  
Bim da Ambulância (AVANTE)  
Bruno Engler (PL)  
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)  
Cassio Soares (PSD)  
Charles Santos (REPUBLICANOS)  
Coronel Henrique (PL)  
Coronel Sandro (PL)  
Cristiano Silveira (PT)  
Delegada Sheila (PL)  
Delegado Christiano Xavier (PSD)  
Doorgal Andrada (PATRIOTA)  
Douglas Melo (PSD)  
Doutor Jean Freire (PT)  
Doutor Paulo (PATRIOTA)  
Dr. Maurício (NOVO)  
Duarte Bechir (PSD)  
Eduardo Azevedo (PL)  
Elismar Prado (PROS)  
Enes Cândido (REPUBLICANOS)  
Fábio Avelar (AVANTE)  
Gil Pereira (PSD)  
Gustavo Santana (PL)  
Ione Pinheiro (UNIÃO)  
João Junior (PMN)  
João Magalhães (MDB)  
Leandro Genaro (PSD)  
Leninha (PT)  
Lohanna (PV)  
Lud Falcão (PODE)  
Luizinho (PT)  
Maria Clara Marra (PSDB)  
Marquinho Lemos (PT)



Nayara Rocha (PP)

Professor Cleiton (PV)

Raul Belém (CIDADANIA)

Roberto Andrade (PATRIOTA)

Tito Torres (PSD)

Ulysses Gomes (PT)

Vitório Júnior (PP)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 229/2023, do deputado Fábio Avelar, que confere ao Município de Igaratinga o título de Capital Mineira da Cerâmica Vermelha. A Comissão de Desenvolvimento Econômico opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o projeto.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registre-se o voto “sim” do deputado Duarte Bechir. Portanto, votaram “sim” 54 deputados; não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bruno Engler (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Coronel Henrique (PL)

Coronel Sandro (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)  
Doorgal Andrada (PATRIOTA)  
Douglas Melo (PSD)  
Doutor Jean Freire (PT)  
Doutor Paulo (PATRIOTA)  
Dr. Maurício (NOVO)  
Duarte Bechir (PSD)  
Eduardo Azevedo (PL)  
Elismar Prado (PROS)  
Enes Cândido (REPUBLICANOS)  
Fábio Avelar (AVANTE)  
Gil Pereira (PSD)  
Grego da Fundação (PMN)  
Gustavo Santana (PL)  
Ione Pinheiro (UNIÃO)  
João Junior (PMN)  
João Magalhães (MDB)  
Leandro Genaro (PSD)  
Leninha (PT)  
Leonídio Bouças (PSDB)  
Lohanna (PV)  
Lucas Lasmar (REDE)  
Lud Falcão (PODE)  
Luizinho (PT)  
Maria Clara Marra (PSDB)  
Marquinho Lemos (PT)  
Nayara Rocha (PP)  
Professor Cleiton (PV)  
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)  
Raul Belém (CIDADANIA)  
Roberto Andrade (PATRIOTA)  
Tito Torres (PSD)  
Vitório Júnior (PP)  
Zé Guilherme (PP)  
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.437/2020, do deputado Coronel Henrique, que confere ao Município de Barbacena o título de Cidade das Rosas do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Desenvolvimento Econômico opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o projeto.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registre-se o voto “sim” do deputado Coronel Sandro. Portanto, votaram “sim” 55 deputados; não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. À Comissão de Desenvolvimento Econômico.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bruno Engler (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Coronel Henrique (PL)

Coronel Sandro (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PATRIOTA)

Douglas Melo (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Paulo (PATRIOTA)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PROS)

Enes Cândido (REPUBLICANOS)  
Fábio Avelar (AVANTE)  
Gil Pereira (PSD)  
Grego da Fundação (PMN)  
Gustavo Santana (PL)  
Ione Pinheiro (UNIÃO)  
João Junior (PMN)  
João Magalhães (MDB)  
Leandro Genaro (PSD)  
Leninha (PT)  
Leonídio Bouças (PSDB)  
Lohanna (PV)  
Lucas Lasmar (REDE)  
Lud Falcão (PODE)  
Luizinho (PT)  
Macaé Evaristo (PT)  
Maria Clara Marra (PSDB)  
Marquinho Lemos (PT)  
Nayara Rocha (PP)  
Professor Cleiton (PV)  
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)  
Raul Belém (CIDADANIA)  
Roberto Andrade (PATRIOTA)  
Tito Torres (PSD)  
Ulysses Gomes (PT)  
Vitório Júnior (PP)  
Zé Guilherme (PP)  
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.915/2021, do deputado Doutor Jean Freire, que institui a Política Estadual pela Primeira Infância e cria o Comitê Estadual Intersetorial de Políticas Públicas pela Primeira Infância de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 6, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 6, da Comissão de Justiça. Com a aprovação do Substitutivo nº 1, ficam prejudicadas as Emendas nºs 1 a 5, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão do Trabalho, e pela rejeição da Emenda nº 6, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

– Vêm à Mesa as Emendas nºs 7 a 9, que foram publicadas na edição anterior.

O presidente – Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foram apresentadas ao projeto três emendas do deputado Charles Santos, que receberam os nºs 7 a 9, e, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha as emendas com o projeto à Comissão do Trabalho, para parecer.

A presidenta (deputada Leninha) – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.340/2021, do deputado Tadeu Martins Leite, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Janaúba o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 54 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.340/2021 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Administração Pública.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bruno Engler (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Coronel Henrique (PL)

Coronel Sandro (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PATRIOTA)

Douglas Melo (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Paulo (PATRIOTA)

Dr. Maurício (NOVO)  
Duarte Bechir (PSD)  
Eduardo Azevedo (PL)  
Elismar Prado (PROS)  
Enes Cândido (REPUBLICANOS)  
Fábio Avelar (AVANTE)  
Gil Pereira (PSD)  
Grego da Fundação (PMN)  
Gustavo Santana (PL)  
Ione Pinheiro (UNIÃO)  
João Junior (PMN)  
João Magalhães (MDB)  
Leandro Genaro (PSD)  
Leonídio Bouças (PSDB)  
Lohanna (PV)  
Lud Falcão (PODE)  
Luizinho (PT)  
Macaé Evaristo (PT)  
Maria Clara Marra (PSDB)  
Marquinho Lemos (PT)  
Nayara Rocha (PP)  
Professor Cleiton (PV)  
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)  
Raul Belém (CIDADANIA)  
Roberto Andrade (PATRIOTA)  
Tito Torres (PSD)  
Ulysses Gomes (PT)  
Vitório Júnior (PP)  
Zé Guilherme (PP)  
Zé Laviola (NOVO)

O presidente (deputado Tadeu Martins Leite) – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.376/2021, do deputado Roberto Andrade, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Consórcio Intermunicipal de Saúde de Ubá e Região – Simsaúde – o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 2.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registrem-se os votos “sim” dos deputados Duarte Bechir e Dr. Maurício. Portanto, votaram “sim” 54 deputados; não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 2. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.376/2021 na forma do Substitutivo nº 2. À Comissão de Administração Pública.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bruno Engler (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Coronel Henrique (PL)

Coronel Sandro (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PATRIOTA)

Douglas Melo (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Paulo (PATRIOTA)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PROS)

Enes Cândido (REPUBLICANOS)

Fábio Avelar (AVANTE)

Gil Pereira (PSD)  
Grego da Fundação (PMN)  
Gustavo Santana (PL)  
Ione Pinheiro (UNIÃO)  
João Junior (PMN)  
João Magalhães (MDB)  
Leandro Genaro (PSD)  
Leninha (PT)  
Leonídio Bouças (PSDB)  
Lohanna (PV)  
Luizinho (PT)  
Macaé Evaristo (PT)  
Maria Clara Marra (PSDB)  
Marquinho Lemos (PT)  
Nayara Rocha (PP)  
Professor Cleiton (PV)  
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)  
Raul Belém (CIDADANIA)  
Roberto Andrade (PATRIOTA)  
Tito Torres (PSD)  
Ulysses Gomes (PT)  
Vitório Júnior (PP)  
Zé Guilherme (PP)  
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 339/2023, da deputada Nayara Rocha, que altera a Lei nº 24.401, de 3/7/2014, que dispõe sobre a adoção de medidas de prevenção e combate às doenças associadas à exposição solar no ambiente de trabalho. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Saúde e de Educação opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 53 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 339/2023 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Saúde.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)  
Ana Paula Siqueira (REDE)



Andréia de Jesus (PT)  
Antonio Carlos Arantes (PL)  
Arlen Santiago (AVANTE)  
Arnaldo Silva (UNIÃO)  
Beatriz Cerqueira (PT)  
Bella Gonçalves (PSOL)  
Betão (PT)  
Betinho Pinto Coelho (PV)  
Bim da Ambulância (AVANTE)  
Bruno Engler (PL)  
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)  
Cassio Soares (PSD)  
Charles Santos (REPUBLICANOS)  
Coronel Henrique (PL)  
Coronel Sandro (PL)  
Cristiano Silveira (PT)  
Delegado Christiano Xavier (PSD)  
Doorgal Andrada (PATRIOTA)  
Douglas Melo (PSD)  
Doutor Jean Freire (PT)  
Doutor Paulo (PATRIOTA)  
Duarte Bechir (PSD)  
Eduardo Azevedo (PL)  
Elismar Prado (PROS)  
Enes Cândido (REPUBLICANOS)  
Fábio Avelar (AVANTE)  
Gil Pereira (PSD)  
Grego da Fundação (PMN)  
Gustavo Santana (PL)  
Ione Pinheiro (UNIÃO)  
João Junior (PMN)  
João Magalhães (MDB)  
Leandro Genaro (PSD)  
Leninha (PT)  
Leonídio Bouças (PSDB)

Lohanna (PV)  
Lud Falcão (PODE)  
Luizinho (PT)  
Macaé Evaristo (PT)  
Maria Clara Marra (PSDB)  
Marquinho Lemos (PT)  
Nayara Rocha (PP)  
Professor Cleiton (PV)  
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)  
Raul Belém (CIDADANIA)  
Roberto Andrade (PATRIOTA)  
Tito Torres (PSD)  
Ulysses Gomes (PT)  
Vitório Júnior (PP)  
Zé Guilherme (PP)  
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 404/2023, do deputado Adriano Alvarenga, que institui o Programa Mineiro de Energia Rural Renovável e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Minas e Energia opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Minas e Energia. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 2.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 55 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 2. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 404/2023 na forma do Substitutivo nº 2. À Comissão de Minas e Energia.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)  
Ana Paula Siqueira (REDE)  
Andréia de Jesus (PT)  
Antonio Carlos Arantes (PL)  
Arlen Santiago (AVANTE)  
Arnaldo Silva (UNIÃO)  
Beatriz Cerqueira (PT)  
Bella Gonçalves (PSOL)  
Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)  
Bim da Ambulância (AVANTE)  
Bruno Engler (PL)  
Caporezzo (PL)  
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)  
Cassio Soares (PSD)  
Charles Santos (REPUBLICANOS)  
Coronel Henrique (PL)  
Coronel Sandro (PL)  
Cristiano Silveira (PT)  
Delegada Sheila (PL)  
Delegado Christiano Xavier (PSD)  
Doorgal Andrada (PATRIOTA)  
Douglas Melo (PSD)  
Doutor Jean Freire (PT)  
Doutor Paulo (PATRIOTA)  
Duarte Bechir (PSD)  
Eduardo Azevedo (PL)  
Elismar Prado (PROS)  
Enes Cândido (REPUBLICANOS)  
Fábio Avelar (AVANTE)  
Gil Pereira (PSD)  
Grego da Fundação (PMN)  
Gustavo Santana (PL)  
Ione Pinheiro (UNIÃO)  
João Junior (PMN)  
João Magalhães (MDB)  
Leandro Genaro (PSD)  
Leninha (PT)  
Leonídio Bouças (PSDB)  
Lohanna (PV)  
Lud Falcão (PODE)  
Luizinho (PT)  
Macaé Evaristo (PT)  
Maria Clara Marra (PSDB)

Marquinho Lemos (PT)  
Nayara Rocha (PP)  
Professor Cleiton (PV)  
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)  
Raul Belém (CIDADANIA)  
Roberto Andrade (PATRIOTA)  
Tito Torres (PSD)  
Ulysses Gomes (PT)  
Vitório Júnior (PP)  
Zé Guilherme (PP)  
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.159/2023, do deputado Raul Belém, que cria a Política Estadual de Incentivo ao Consumo do Etanol. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Minas e Energia opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 3, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 3, salvo emenda.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registrem-se os votos “sim” dos deputados Doutor Wilson Batista e Rodrigo Lopes. Portanto, votaram “sim” 56 deputados; Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 3. Com a aprovação do Substitutivo nº 3, ficam prejudicados os Substitutivos nºs 1 e 2 e a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.159/2023 na forma do Substitutivo nº 3. À Comissão de Agropecuária.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)  
Ana Paula Siqueira (REDE)  
Andréia de Jesus (PT)  
Antonio Carlos Arantes (PL)  
Arlen Santiago (AVANTE)  
Arnaldo Silva (UNIÃO)  
Beatriz Cerqueira (PT)  
Bella Gonçalves (PSOL)  
Betão (PT)  
Betinho Pinto Coelho (PV)  
Bim da Ambulância (AVANTE)  
Bruno Engler (PL)  
Caporezzo (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)  
Cassio Soares (PSD)  
Charles Santos (REPUBLICANOS)  
Coronel Henrique (PL)  
Coronel Sandro (PL)  
Cristiano Silveira (PT)  
Delegada Sheila (PL)  
Delegado Christiano Xavier (PSD)  
Doorgal Andrada (PATRIOTA)  
Douglas Melo (PSD)  
Doutor Jean Freire (PT)  
Doutor Paulo (PATRIOTA)  
Doutor Wilson Batista (PSD)  
Dr. Maurício (NOVO)  
Duarte Bechir (PSD)  
Eduardo Azevedo (PL)  
Elismar Prado (PROS)  
Enes Cândido (REPUBLICANOS)  
Fábio Avelar (AVANTE)  
Gil Pereira (PSD)  
Ione Pinheiro (UNIÃO)  
João Junior (PMN)  
João Magalhães (MDB)  
Leandro Genaro (PSD)  
Leninha (PT)  
Leonídio Bouças (PSDB)  
Lohanna (PV)  
Lud Falcão (PODE)  
Luizinho (PT)  
Macaé Evaristo (PT)  
Maria Clara Marra (PSDB)  
Marquinho Lemos (PT)  
Nayara Rocha (PP)  
Professor Cleiton (PV)  
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)

Raul Belém (CIDADANIA)

Roberto Andrade (PATRIOTA)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Tito Torres (PSD)

Ulysses Gomes (PT)

Vitório Júnior (PP)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13/2023, do deputado Arlen Santiago e outros, que altera o art. 160-A da Constituição do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

– Vem à Mesa o Substitutivo nº 3, que foi publicado na edição anterior.

O presidente – Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentado à proposta um substitutivo do deputado Carlos Henrique, que recebeu o nº 3, e, nos termos do inciso II do art. 173, combinado com o parágrafo único do art. 201, do Regimento Interno, deixa de receber o Substitutivo nº 3 por falta de pressupostos regimentais. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 2.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registre-se o voto “sim” do deputado Elismar Prado. Portanto, votaram “sim” 59 deputados; não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 2. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovada, em 1º turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 13/2023 na forma do Substitutivo nº 2. À Comissão Especial.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)  
Charles Santos (REPUBLICANOS)  
Coronel Henrique (PL)  
Coronel Sandro (PL)  
Cristiano Silveira (PT)  
Delegada Sheila (PL)  
Delegado Christiano Xavier (PSD)  
Doorgal Andrada (PATRIOTA)  
Douglas Melo (PSD)  
Doutor Jean Freire (PT)  
Doutor Paulo (PATRIOTA)  
Doutor Wilson Batista (PSD)  
Dr. Maurício (NOVO)  
Duarte Bechir (PSD)  
Eduardo Azevedo (PL)  
Elismar Prado (PROS)  
Enes Cândido (REPUBLICANOS)  
Fábio Avelar (AVANTE)  
Gil Pereira (PSD)  
Grego da Fundação (PMN)  
Gustavo Santana (PL)  
Ione Pinheiro (UNIÃO)  
João Junior (PMN)  
João Magalhães (MDB)  
Leandro Genaro (PSD)  
Leninha (PT)  
Leonídio Bouças (PSDB)  
Lohanna (PV)  
Lucas Lasmar (REDE)  
Lud Falcão (PODE)  
Luizinho (PT)  
Macaé Evaristo (PT)  
Maria Clara Marra (PSDB)  
Marquinho Lemos (PT)  
Nayara Rocha (PP)

Professor Cleiton (PV)

Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)

Raul Belém (CIDADANIA)

Roberto Andrade (PATRIOTA)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Tito Torres (PSD)

Ulysses Gomes (PT)

Vitório Júnior (PP)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

### Declarações de Voto

O deputado Arlen Santiago – Queremos agradecer a todos os deputados e a todas as deputadas por esta votação, em 1º turno, da Emenda Constitucional nº 13. Essa emenda teve como mote principal o fato de que os hospitais filantrópicos que trabalham com o SUS têm de atender todos os dias do ano e todo feriado, não têm férias, não têm nenhuma folga. Infelizmente, o SUS, que é o melhor programa do mundo, tem, há muito tempo, o subfinanciamento. Então os hospitais vivem com muita dificuldade. O governo federal já repassa as emendas federais até chegar perto dos três meses antes da eleição, porque é um trabalho contínuo. Então eu, o deputado Lucas Lasmar e mais uma série de outros deputados apresentamos a PEC. Eu sei que, pelo fato de as emendas poderem ir para os hospitais filantrópicos, o dinheiro irá para o lugar certo: a Santa Casa de Belo Horizonte, o Hospital da Baleia, o Hospital São Francisco, a Santa Casa de Montes Claros, o Hospital Hélio Angotti de Uberaba e tantos outros, que precisam receber esse recurso. Então agradecemos muito a todos e vamos pedir ao deputado Rodrigo, presidente da comissão, que tem feito um trabalho brilhante nessa comissão, que já marque, agora, a preparação para o 2º turno. E, assim, a gente vê se, no 2º turno, na semana que vem, a gente já faz essa votação, apesar de a semana que vem ser problemática porque o dia 2 é feriado. Agradecemos a contribuição de todos, ou seja, de cada um dos senhores e, principalmente, do deputado Adriano Alvarenga, que foi o relator. Então essa é uma construção coletiva. Todos os votos são favoráveis. Quando a ideia surgiu, nós tivemos, rapidamente, a participação, mais uma vez, do deputado Lucas Lasmar e de mais outros 27 deputados que assinaram – e já protocolamos. Se tivessem tempo para assinar, todos os deputados iriam assinar, assim como, agora, todos os deputados presentes também votaram. Agradeço também ao presidente e à Mesa da Assembleia que, rapidamente, organizou a ordem para que essa votação pudesse acontecer no dia de hoje. Então esta é minha declaração de voto de agradecimento a todos os deputados, porque houve a unanimidade. Todos querem que os hospitais funcionem. E também, durante o projeto, foi incorporado nele a questão de prestação de serviço continuada às Apaes e aos asilos, de maneira que foram acatadas essas emendas para Apaes e asilos pelo relator Adriano. Muito obrigado a todos. Podem ter certeza de que a gente vai continuar vendo. Quase 70% dos atendimentos hospitalares de média e alta complexidade em Minas Gerais são feitos pelos hospitais filantrópicos. E isso aí... Eles têm que ter direito de não ter essa solução de continuidade no seu atendimento. Muito obrigado.

A presidenta (deputada Leninha) – Obrigada, deputado Arlen Santiago. Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Lucas Lasmar.

O deputado Lucas Lasmar – Boa dia a todos. Boa tarde, na verdade! É um prazer estar aqui neste momento importante de um projeto que escrevi junto com o deputado Arlen Santiago, que é a PEC nº 13, pela qual se vai permitir que possamos enviar emendas parlamentares para os hospitais, as Apaes, as vilas e os asilos que têm o Cebas, que são a parte assistencial que atende muito mais SUS do que particular. Esse é um grande ponto que a gente tem que destacar. São serviços continuados, que nunca param, mesmo em momentos de anos eleitorais. Isso é importante destacar. Acredito que isso seja uma correção que estamos fazendo na



legislação mineira e que vem para fortalecer, principalmente, aqueles hospitais filantrópicos, que são dos únicos próximos a grandes centros populacionais, até mesmo no interior. Os hospitais filantrópicos são os principais responsáveis pelo atendimento no nosso estado e também no nosso país. No País, nós estamos falando de 53% de todo o atendimento que é feito dentro da saúde do nosso país, que se encontra dentro dos hospitais filantrópicos. Nós temos também dados que são importantes de destacar no Estado de Minas Gerais. Hoje temos 315 hospitais filantrópicos e 171 privados. Isso mostra a importância de se ter essa possibilidade do envio da emenda parlamentar para custeio, ampliação ou qualquer outro tipo de política que possa melhorar a saúde pública no nosso estado. Nós sabemos que saúde pública não é política eleitoral, mas, sim, algo de que a pessoa mais precisa em determinado momento. Então haver hospitais fortalecidos que possam atender e que possuam equipes prontas, sem salário atrasado, porque a gente sabe que isso impacta, infelizmente, no atendimento, é de grande importância. Esses hospitais filantrópicos representam 27.130 leitos no nosso Estado de Minas Gerais; nos particulares, há apenas 2.509. Ou seja, a gente vê que há uma importância aí: 65% dos leitos do Estado de Minas Gerais estão nos hospitais filantrópicos. A gente fazia uma comparação, e somente nos anos de 2022 e 2023 foram internados 77.256 pacientes nos hospitais filantrópicos, diferentemente do que ocorreu na rede particular, que chegou a 34.700 pessoas. Isso mostra realmente a sua grandeza e já elimina a necessidade de qualquer tipo de justificativa relativamente à grandeza desse projeto. Eu fico muito feliz por fazer parte, por ter escrito esse projeto, para que a gente possa valorizar ainda mais o SUS. Ele é importante, ele está subfinanciado, e o que é pior: neste momento em que a Secretaria de Estado de Saúde tem o maior orçamento da sua história, a gente ainda vê políticas públicas enfraquecidas, a gente vê isso principalmente nas UTIs Neonatais, que são raras no nosso estado. E o pior: existem vários prestadores, hospitais filantrópicos que solicitaram à Secretaria de Estado de Saúde a habilitação desse serviço e apoio e, infelizmente, criaram portarias que são insustentáveis, com um recurso de R\$180.000,00 por mês de custeio. É impossível ter uma UTI Neonatal que possa atender às nossas crianças e às gestantes em situação de parto de alto risco. E o que é pior ainda: nós temos uma legislação que fala que todos esses leitos que são criados devem ser 100% SUS. Isso mostra, infelizmente, a desatualização do nosso estado em relação à legislação. O Supremo Tribunal Federal já pacificou e estabeleceu que os planos de saúde devem ressarcir o SUS, no momento em que esses pacientes que têm plano de saúde são atendidos pelo SUS. Isso faz com que o recurso vá para a União em vez de ficar nos hospitais. Esse é um dos projetos que a gente quer aprovar dentro da Assembleia para corrigir esse erro e para que o recurso fique aqui. Muito obrigado a todos.

### 3ª Fase

A presidenta – Esgotada a matéria destinada à 2ª Fase, a presidência passa à 3ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de pareceres de redação final.

#### Pareceres de Redação Final

– A seguir, é submetido a discussão e votação e aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 765/2019 (À sanção.).

A presidente (deputada Lud Falcão) – Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.812/2021, da deputada Leninha. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado. À sanção.

A presidenta (deputada Leninha) – Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.997/2021, do deputado Celinho Sintrocel. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado. À sanção.

– A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.610, 3.958 e 3.990/2022 e 766 e 1.158/2023 (À sanção.).

### Declarações de Voto

O deputado Adriano Alvarenga – Obrigado, presidente. Obrigado a todos os colegas deputados e deputadas que votaram “sim”, em 1º turno, nesse projeto de grande relevância para o nosso Estado de Minas Gerais, que é o PL nº 404. Esse projeto vai dar nova diretriz à política estadual de energia rural renovável para todos os produtores rurais, para a agricultura familiar, e vai fazer justiça com aqueles homens do campo que, há mais de 20 anos, estão aí com seus biodigestores ligados a fim de que haja energia renovável para ajudar o nosso meio ambiente e, com certeza, para gerar crédito de energias sustentáveis, não só para o Vale do Piranga mas também para toda a nossa Minas Gerais. Através desse projeto, os nossos produtores rurais da agricultura familiar vão ter acesso a linhas de crédito que vão incentivar a utilização das energias renováveis para que seus produtos sejam mais acessíveis. Estamos falando, pessoal, de uma energia mais barata, de uma energia renovável, de uma energia que, com certeza, vai favorecer muito o nosso meio ambiente. Mais uma vez, nós, produtores rurais, nós, homens do campo, estamos dando exemplo para todo o nosso Brasil e para o mundo. Sinto-me muito honrado de ser o autor desse projeto de lei que foi aprovado em 1º turno. Estou muito honrado de estar aqui, hoje, representando a Zona da Mata, o Vale do Piranga, o Médio Piracicaba e todos da nossa região que produzem, que trabalham e que, com certeza, incentivam a utilização da energia renovável, que é a solução do mundo hoje. Estamos passando por um momento de turbulência, em que o nosso meio ambiente está reagindo, reagindo à mão pesada do homem, que, lá atrás, não mediu esforços para destruir cada vez mais o nosso planeta e a nossa nação. E hoje, mais uma vez, nós produtores, estamos dando essa nova diretriz, estamos dando esse novo exemplo da utilização de energia renovável. Esse projeto de lei veio para valorizar e, com certeza, dar diretriz ao Estado, mostrar que lá no campo há pessoas de caráter, pessoas inovadoras que precisam de incentivos fiscais, que precisam de um produto de mais competitividade no nosso Estado de Minas Gerais para espalhar esse produto para todo o Brasil. Obrigado. Que Deus abençoe a todos! Com certeza, vamos aprovar esse projeto, em 2º turno, para que ele possa beneficiar, de fato, o nosso produtor e o povo mineiro. Obrigado.

A deputada Lud Falcão – Presidente, que alegria estar aqui, hoje, falando para vocês da aprovação, em 1º turno, da nossa PEC nº 13, de autoria do nosso deputado Arlen Santiago, presidente da Comissão de Saúde, da qual faço parte com grande orgulho. Essa PEC foi aprovada e feita por várias mãos nesta Casa. Essa PEC realmente visa reparar a injustiça com os municípios da nossa Minas Gerais, quando a lei prevê que, em anos eleitorais, asilos, Apaes, santas casas e hospitais que atendem entidades filantrópicas não podem receber recursos, repasses nossos. Essa PEC veio para acabar com isso. O que a gente vê no reparo dessa injustiça é que estamos cuidando de quem realmente precisa do Sistema Único de Saúde e sabemos que é a maioria da nossa população. Então eu não poderia deixar de falar a todos vocês, deputados que estão aqui presentes, o quanto estamos felizes com essa aprovação. Nós estivemos juntos na Comissão de Saúde, onde discutimos, fizemos audiência pública e vimos que isso é de suma importância. Nós tivemos, há pouco tempo, a aprovação de outra PEC que destravou mais de R\$6.200.000.000,00 para a área da saúde. E os municípios, a partir de agora, terão a oportunidade de gastar, em seus territórios, na área da saúde, muito dinheiro para atender a sua população, dinheiro esse que estava travado, e agora, depois da Lei nº 171, a gente consegue fazer esse direcionamento para atender a quem tanto precisa. Agora a PEC nº 13 reforça isso. Então contem com conosco. Contem conosco para fazer com que tenhamos cada vez mais compromisso com a saúde de Minas Gerais. Muito obrigada.

A deputada Andréia de Jesus – Boa tarde, presidenta. Eu me inscrevi para declarar meu voto, e votei favoravelmente a todos os projetos hoje, mas queria chamar a atenção de fato para a PEC que visa garantir a assistência aos hospitais, à saúde, independentemente do calendário eleitoral. Isso é muito importante. A saúde precisa de atendimento, precisa de orçamento, e esse orçamento não pode ficar prejudicado diante de calendários eleitorais. O nosso compromisso e o compromisso desta Casa têm que ser com a assistência permanente e a defesa intransigente do Sistema Único de Saúde – SUS. Todos os convênios têm como objetivo atender a saúde do Estado de Minas Gerais, e o nosso objetivo é garantir essa assistência permanente. Também, presidenta, quero aproveitar este momento para ser solidária com as companheiras, que, como eu, têm sofrido violência nesta Casa, violência que, sabemos, vem daquelas pessoas que ainda não aceitam a presença de mulheres no espaço político. Isso tem sido de fato uma necrose

na política brasileira. Nós sabemos que, no País inteiro, encontramos mulheres que relatam situação de violência por estarem em espaços de decisão, em espaços de poder, e um desses espaços são as casas legislativas. A atuação das mulheres têm sido motivo de gravíssimas ameaças, ameaça física, ameaça emocional, e isso tudo prejudica a nossa atuação. Nós, mulheres, estamos aqui representando a maioria no País. Somos a maioria, deputada Leninha. Nós estamos aqui e, graças a Deus, mais mulheres têm chegado a esta Casa. Já há aqui cinco deputadas a mais do que na legislatura passada. Nós precisamos encontrar espaços de segurança para a gente atuar. Há um ano e dez meses, estou sendo acompanhada por escolta. Não é favor do Estado garantir estrutura para que a gente possa trabalhar e exercer o nosso mandato, mas também não é resposta. O que a gente tem cobrado é investigação, uso de inteligência para chegar a essas pessoas que têm utilizado inclusive o e-mail oficial desta Casa para nos agredir ou para impedir a nossa atuação como parlamentar. Bella Gonçalves, Lohanna, Beatriz, eu e muitas vereadoras que também procuram esta Casa para denunciar a situação de violência estamos exigindo que as forças de segurança, que os equipamentos de segurança ajam para dar resposta. É impossível hoje não chegar ao celular ou ao computador de quem está mandando esses e-mails. A resposta da polícia até este momento é vergonhosa. Se a Polícia Civil, com toda sua inteligência, precisa de mais equipamentos, que a gente busque isso, mas temos que usar toda a inteligência para chegar a esses responsáveis e cessar essa violência, porque, enquanto houver violência, de fato a democracia seguirá ameaçada e o nosso trabalho, comprometido. Está saindo caro para o Estado, e o Estado precisa responder, para que possamos trabalhar com segurança. Essas são as minhas considerações, presidenta. Espero que a gente tenha um bom trabalho, um trabalho com segurança, porque é um direito das mulheres exercer a política.

A presidenta – Antes de encerrar esta plenária, eu também queria prestar a minha solidariedade à Bella Gonçalves, às parlamentares. Como a deputada Andréia disse, quando chegamos a este Parlamento, também recebemos ameaça. Lógico que em um grau de violência... Nem sei se podemos falar em grau de violência menor, pois toda violência é violência.

O que aconteceu com a Bella Gonçalves, nesta semana, é inadmissível e inaceitável. A Casa, como já confirmado pelo presidente, tomará as medidas, tanto aqui dentro, com as atitudes que nós devemos tomar, com o gesto que nós devemos fazer, quanto na sociedade, porque a gente precisa de resposta. Não só nós, parlamentares, mas também toda a sociedade tem acompanhado, com atenção, o que vem acontecendo. Minas Gerais não pode ficar nessa posição de omissão, de silêncio e, acima de tudo, sem tomar providências com relação às ameaças. Então recebam, deputadas Bella, Lohanna e Bia, a minha solidariedade e o nosso apoio.

### **Encerramento**

A presidenta – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

### **ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 25/9/2023**

Às 10h1min, comparecem à reunião a deputada Chiara Biondini e o deputado Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Noraldino Júnior, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o aumento do ICMS sobre as rações tipo *pet* e o fato de serem consideradas produtos supérfluos pela legislação tributária do Estado. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Maria Thereza Hemeto Franco, protetora animal independente; Luciana Imaculada de Paula, promotora de justiça e coordenadora estadual de Defesa dos Animais – Ceda; Vânia Plaza Nunes, médica veterinária, diretora técnica do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal e coordenadora do Grupo de Resgate de Animais em Desastres – Grad Brasil; Vera Regina da Rocha, veterinária; Cecília Meireles Ferreira, vereadora da Câmara Municipal de Montes Claros; Daiana Garcia, vereadora da Câmara

Municipal de Lavras; Samyla Mol, assessora do deputado Noraldino Júnior; Christiane Rezende Faria, protetora; Claudia Horta de Queiroz, conselheira jurídica da Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animal de Estimação – Abinpet; Ana Liz Ferreira Bastos, médica veterinária do Instituto de Medicina Veterinária do Coletivo – IMVC; Juliana Prudêncio da Silva, vereadora de Três Corações, presidente nacional da União dos Vereadores do Brasil da Causa Animal e protetora animal; Katia Dias, assessoria parlamentar do senador Carlos Viana; e os Srs. Caio César de Castro Silva Coelho, coordenador de Relações Institucionais e Governamentais da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas, representando o presidente; Cláudio Fernandes, vereador da Câmara Municipal de Betim; Célio Lopes dos Santos, vereador da Câmara Municipal de Ubá; Jorge Henrique de Araujo Lanini, vereador da Câmara Municipal de Goianá; Cleiton Gontijo de Azevedo, senador; Ítalo Moraes Borges, vereador da Câmara Municipal de Matozinhos; Ismael Soares de Moura, vereador da Câmara Municipal de Sete Lagoas; Victor Paulo, protetor. O presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Registra-se a presença da deputada Delegada Sheila. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 2023.

Chiara Biondini, presidente – Bruno Engler – Ulysses Gomes.

#### **ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 28/9/2023**

Às 14h12min, comparecem à reunião a deputada Ana Paula Siqueira e os deputados Roberto Andrade, Oscar Teixeira e Gil Pereira (substituindo o deputado Vitório Júnior, por indicação da liderança do BMF), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, as deputadas Leninha, Maria Clara Marra e os deputados Antonio Carlos Arantes, Professor Wendel Mesquita, Bosco e Adriano Alvarenga. Havendo número regimental, o presidente, deputado Roberto Andrade, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o cooperativismo no âmbito do Estado de Minas Gerais e seu papel no apoio ao desenvolvimento das cooperativas e de seus cooperados, por ocasião da reinstalação da Frente Parlamentar do Cooperativismo. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais (um ofício em 14/9/2023), e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (um ofício em 21/9/2023). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.472 e 3.432/2023. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. A presidência determina a publicação e o encaminhamento à Mesa da Assembleia, nos termos do art. 9º da Deliberação nº 2.705/2019, dos relatórios finais das reuniões do Assembleia Fiscaliza referentes à prestação de contas do 1º ciclo de 2023, realizadas em 23 de junho, com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e, em 26 de junho, com a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo. Em seguida, são aprovados relatórios de visita à Secretaria de Estado da Fazenda – SEF –, realizada em 18/9/2023, e de audiência pública, realizada no Município de Janaúba, em 25/8/2023. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Maria Eneila Loiola, diretora de Promoção aos Pequenos Negócios e Empreendedorismo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede –, representando o secretário; e os Srs. Caio César Coimbra, subsecretário de Política e Economia Agropecuária da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa; Ronaldo Ernesto Scucato, presidente do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais – Ocemg; Samuel

Flam, vice-presidente do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais – Ocemg – e diretor financeiro da Cecremge; Alexandre Gatti Lages, superintendente do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais – Ocemg; e Glauton Santiago Félix de Jesus, vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte – CMBH. A presidência concede a palavra ao deputado Antonio Carlos Arantes, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2023.

Roberto Andrade, presidente – Ana Paula Siqueira – Fábio Avelar Oliveira.

#### **ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 11/10/2023**

Às 11h2min, comparece à reunião o deputado Sargento Rodrigues, membro da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Tito Torres e Zé Guilherme. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que considera aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o Plano de Recuperação Fiscal, encaminhado pelo Poder Executivo à Secretaria do Tesouro Nacional em 31/5/2023, com o secretário de Estado de Fazenda. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Secretário de Estado de Fazenda, Gustavo de Oliveira Barbosa, justificando a ausência na audiência pública e indicando representantes da secretaria para substituí-lo. A presidência acusa, também, o recebimento de e-mails das Sras. Rênia Freitas, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais – Seplag –, justificando a ausência da secretária, e Patrícia Neto Neves, justificando a ausência do vice-governador do Estado, cuja informalidade das respostas, inadequadas ao contexto, ensejou críticas pela presidência. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. Registra-se a presença do deputado Ricardo Campos (substituindo o deputado Professor Cleiton, por indicação da liderança do BDL). A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Maria Conceição Barros de Rezende Ladeira, assessora-chefe de Recuperação Fiscal da Secretaria de Estado de Fazenda – SEF –, representando o secretário; e o Sr. Marcos Augusto Teixeira Diniz, assessor de Recuperação Fiscal da SEF. O presidente, deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Em seguida, convoca os membros para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata, considera a finalidade da audiência não cumprida devido à ausência do Secretário de Estado de Fazenda e a não apresentação do Plano de Recuperação Fiscal pela pasta, e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de outubro de 2023.

Leonídio Bouças, presidente – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Rodrigo Lopes – Beatriz Cerqueira.

#### **ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 18/10/2023**

Às 10h41min, comparecem à reunião as deputadas Delegada Sheila e Marli Ribeiro e o deputado Luizinho, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Delegada Sheila, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.749/2023, da deputada Delegada Sheila, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais civis que atuaram, em ação coordenada pela 6ª Delegacia Regional de Manhuaçu, com apoio de militares do 11º Batalhão de Polícia Militar de Manhuaçu, na operação policial denominada “Adversarius”, pelo empenho, cuidado e dedicação;

nº 4.813/2023, das deputadas Delegada Sheila e Marli Ribeiro e do deputado Luizinho, em que requerem seja retirado de tramitação o Requerimento nº 4.105/2023;

nº 4.815/2023, das deputadas Marli Ribeiro e Delegada Sheila e do deputado Luizinho, em que requerem seja realizada audiência pública para debater um novo método de educação e reinserção social nos presídios, em especial para aqueles condenados por uso e tráfico de drogas, e a transformação de um centro socioeducativo recém-construído em Alfenas em unidade prisional feminina, considerando-se que há cerca de 50% de ociosidade de vagas no Estado para adolescentes em conflito com a lei e, por outro lado, superlotação nas unidades prisionais femininas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2023.

Marli Ribeiro, presidente – Enes Cândido – Elismar Prado – Luizinho.

#### **ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 18/10/2023**

Às 11h2min, comparecem à reunião os deputados Doorgal Andrada, Zé Guilherme e Adriano Alvarenga (substituindo o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BMF), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doorgal Andrada, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres de redação final e a receber, discutir e votar proposições da comissão e, logo após, suspende os trabalhos. Às 11h21min, comparecem à reunião os deputados Doorgal Andrada, Zé Guilherme e Rafael Martins (substituindo o deputado Enes Cândido, por indicação da liderança do BMF), membros da supracitada comissão. Está presente, também o deputado João Magalhães. O presidente, deputado Doorgal Andrada, declara reabertos os trabalhos. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres de redação final do Projeto de Resolução nº 16/2023 e dos Projetos de Lei nºs 3.591 e 3.829/2022, 247, 353, 598, 679 e 1.055/2023 (relator: deputado Doorgal Andrada). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres de redação final dos Projetos de Lei nº 1.914/2015, 2.889 e 3.380/2021, 3.877 e 4.038/2022, 271, 414, 535, 614, 870 e 983/2023 (relator: deputado Doorgal Andrada). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2023.

Doorgal Andrada, presidente – Tito Torres – Adriano Alvarenga.

#### **ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 18/10/2023**

Às 15h15min, comparecem à reunião os deputados Raul Belém, Coronel Henrique e Dr. Maurício, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Caporezzo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Raul Belém, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por

aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 1.050/2023 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Raul Belém) e 1.576/2020, no 2º turno: (relator: deputado Coronel Henrique). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.613/2023, da deputada Lud Falcão, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Patos de Minas, para debater as potencialidades e necessidades da cadeia produtiva do leite;

nº 4.615/2023, da deputada Lud Falcão, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a atuação do Instituto Pensar Agropecuária e sua contribuição para a agropecuária brasileira;

nº 4.656/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre a recomposição das perdas inflacionárias nos salários dos servidores, consubstanciadas em relatório demonstrativo de atualização por cargo;

nº 4.851/2023, do deputado Raul Belém, em que requer seja realizada visita técnica ao vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços para tratar sobre a importação de leite de países do Mercosul e procurar formas para minimizar os efeitos da importação sobre o produtor de leite de Minas Gerais, bem como buscar medidas de incentivo e ações estruturantes para o setor do leite, em especial para a agricultura familiar e projetos que a longo prazo orientem os nossos produtores a atingir os mais elevados níveis de tecnificação e profissionalização;

nº 4.854/2023, do deputado Raul Belém, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Mineiro de Agropecuária pedido de informações sobre a situação dos recursos hídricos nas diversas regiões de Minas Gerais, relativa à constatação de presença de resíduos de agrotóxicos, conforme denúncia constante nas matérias jornalísticas “Ameaça invisível: agrotóxicos atingem Paraguaçu e outras sete cidades através da água”, disponível em <https://www.portalondasul.com.br/ameaca-invisivel-agrotoxicos-atingem-paraguacu-e-outras-sete-cidades-atraves-da-agua/>; e “Carmo do Rio Claro, Conceição da Aparecida e Nova Resende estão entre as cidades com agrotóxico na água”, disponível em <https://www.portalondasul.com.br/carmo-r-claro-conceicao-da-aparecida-e-nova-resende-estao-entre-as-cidades-com-agrotoxico-na-agua/>.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2023.

Raul Belém, presidente – Marli Ribeiro – Dr. Maurício.

#### **ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 18/10/2023**

Às 16h5min, comparecem à reunião as deputadas Lohanna e Macaé Evaristo e os deputados Professor Cleiton e Mauro Tramonte, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Cleiton, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, debater a importância da obra do bandoneonista Rufo Herrera, compositor e concertista, e de sua influência e contribuição para a cultura mineira e brasileira, e proceder à entrega do diploma referente a voto de congratulações formulado com o citado artista. O presidente acusa o recebimento

das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.346, no 1º turno, e 1.336/2023, em turno único (deputado Mauro Tramonte); e 1.298/2023 (deputada Macaé Evaristo) e 1.224 e 1.300/2023 (deputado Professor Cleiton), no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.505/2022 na forma do vencido no 1º turno (relator: deputado Professor Cleiton), e pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.232/2021 e 934 e 1.012/2023 (relator: deputado Mauro Tramonte) na forma dos Substitutivos nº 2 e 964/2023 (relator: deputado Professor Cleiton). O Projeto de Lei nº 618/2023 é retirado da pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação é aprovado o Requerimento nº 3.863/2023. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.652/2023, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja formulado voto de congratulações com Carmélia Viana pelo lançamento de seus livros *Coração do Vale* e *A história de Bela Adormecida*;

nº 4.653/2023, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Secretaria de Cultura do Partido dos Trabalhadores de Minas Gerais pela celebração dos seus vinte anos de atividade em defesa da promoção da cultura no Estado;

nº 4.684/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha – pedido de providências para a realização do tombamento integral da Serra da Moeda, que se estende pelos Municípios de Brumadinho, Nova Lima, Rio Acima, Itabirito, Moeda, Belo Vale, Congonhas e Ouro Preto, importante patrimônio natural e cultural que abriga rico patrimônio paisagístico, arqueológico e espeleológico, fortemente ameaçado pela atividade minerária;

nº 4.685/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan – pedido de providências para o tombamento integral da Serra da Moeda, em Minas Gerais, que se estende pelos Municípios de Brumadinho, Nova Lima, Rio Acima, Itabirito, Moeda, Belo Vale, Congonhas e Ouro Preto, importante patrimônio natural e cultural que abriga rico patrimônio paisagístico, arqueológico e espeleológico, fortemente ameaçado pela atividade minerária;

nº 4.779/2023, das deputadas Macaé Evaristo, Leninha, Ana Paula Siqueira e Andréia de Jesus, em que requerem seja realizada audiência pública, no Município de Montes Claros, para debater a Cultura Negra no Estado dentro da perspectiva de um estatuto da igualdade racial.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Francisco de Assis Gonzaga da Silva, secretário de Meio Ambiente de Ouro Preto, Rufo Herrera, bandoneonista, compositor e concertista, e Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, prefeito municipal de Ouro Preto, e Rodrigo Toffolo, maestro da Orquestra Ouro Preto. A presidência concede a palavra a deputada Lohanna, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2023.

Professor Cleiton, presidente – Lohanna – Macaé Evaristo – Mauro Tramonte.



**ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 18/10/2023**

Às 17h32min, comparecem à reunião os deputados Zé Laviola, Sargento Rodrigues, Grego da Fundação (substituindo o deputado Arnaldo Silva, por indicação da liderança do BMF) e Rodrigo Lopes (substituindo o deputado Charles Santos, por indicação da liderança do BMF), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Laviola, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento de Comissão nº 4.790/2023, do deputado Zé Guilherme, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e a Comissão de Administração Pública para debater o Regime de Recuperação Fiscal. Registra-se a presença dos deputados Thiago Cota e Bruno Engler. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de outubro de 2023.

Arnaldo Silva, presidente – Charles Santos – Thiago Cota – Gustavo Santana – João Magalhães – Doutor Jean Freire.

**ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO CÂNCER NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 19/10/2023**

Às 9h4min, comparece à reunião o deputado Elismar Prado, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelo membro da comissão presente. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o tema: “Vacinação e prevenção do câncer”. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Marcela Lencine Ferraz, referência técnica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde, representando o Sr. Fábio Baccheretti Vitor, secretário de Estado de Saúde, e Maria Inês de Miranda Lima, chefe da Clínica Ginecológica da Santa Casa de Belo Horizonte; e os Srs. Gabriel de Almeida Silva Júnior, vice-presidente da Associação Médica de Minas Gerais, representando o Sr. Fábio Augusto de Castro Guerra, presidente; e Itamar Bento Claro, tecnologista da Divisão de Detecção Precoce e Apoio à Organização de Rede da Coordenação de Prevenção e Vigilância do Instituto Nacional de Câncer, representando o Sr. Roberto de Almeida Gil, diretor-geral do Instituto Nacional do Câncer. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2023.

Elismar Prado, presidente – Luizinho – Enes Cândido – Marli Ribeiro.

**ATA DA 4ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 23/10/2023**

Às 9h10min, comparecem à reunião a deputada Beatriz Cerqueira, presidenta da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Leninha e o deputado Leleco Pimentel. Havendo número regimental, a presidenta declara aberta a reunião e, nos

termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que considera aprovada, e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a realizar o debate público Educação do Campo em Minas Gerais, com a finalidade de debater os desafios e o fortalecimento da educação no campo no Estado. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Analise de Jesus da Silva, coordenadora do Fórum Estadual Permanente de Educação de Minas Gerais – Fepemg –, Bruna Aparecida, aluna da Escola Família Agrícola de Natalândia – Efan –, Denise de Paula Romano, coordenadora-geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE/MG –, Fabiana Benchetrit dos Santos, diretora de Modalidades de Ensino e Temáticas Especiais e responsável pela Educação do Campo Indígena e Quilombola da Secretaria de Estado de Educação, Gessica Braga de Almeida, vereadora da Câmara Municipal de São Francisco, Ivana Cristina Lovo, professora da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM –, Jussara Maria de Carvalho Guimarães, assessora da Reitoria da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes –, representando o Sr. Wagner de Paulo Santiago, reitor, Lavínia Rosa Rodrigues, reitora da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg –, Maria Isabel Antunes Rocha, professora e coordenadora do Núcleo de Pesquisa de Educação do Campo da Universidade Federal de Minas Gerais, Maria Mirtes de Paula, diretora estadual do Sind-UTE/MG, Matilde Oliveira de Araújo Lima, coordenadora estadual do Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Minas Gerais – MST-MG –, Nágela Aparecida Brandão, professora e coordenadora do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação de Jovens e Adultos da Uemg – Nepeja-Uemg –, Rosely Carlos Augusto, assessora da Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais, representando a Sra. Ângela Maria Martins Sousa, coordenadora da Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais –, Tatiana Pires Barrella, professora da Universidade Federal de Viçosa – UFV –, Taynara Pereira Guedes, egressa da licenciatura em Educação do Campo da UFV –, Terezinha Sabino de Souza, diretora estadual do Setor de Saúde do MST-MG, representando a Sra. Sônia Maria Roseno, coordenadora do Setor de Educação do MST-MG –, Vitória Aparecida da Silva Evangelista, aluna da Escola Família Agrícola Puris de Araponga, e Werymehe Alves Braz, professora da Escola Estadual Indígena Pataxó Muã Mimatxi, representando o Sr. Siwe Alves Brás, professor e diretor da Escola Estadual Indígena Pataxó Muã Mimatxi; e os Srs. Alex Pires Andrade, coordenador da Escola Família Agrícola de Natalândia – Efan –, Clebson Souza de Almeida, professor de Licenciatura em Educação do Campo da UFVJM, Heron Laiber Bonadiman, reitor da UFVJM, Idalino Firmino dos Santos, secretário-executivo da Associação Mineira das Escolas Família Agrícola – Amefa –, João Batista Begnami, coordenador pedagógico da Amefa, Moacyr Laterza Filho, pró-reitor de Extensão da Uemg, Padre João, deputado federal, Rogério Correia, deputado federal, Rogério Jesus dos Santos, tesoureiro da Amefa e presidente da Associação Escola Família Agrícola do Baixo Mucuri, e Valter de Jesus Leite, coordenador do Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Estado do Paraná – MST-PR. A presidência faz as considerações iniciais e, em seguida concede a palavra aos deputados presentes para suas considerações. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência realiza a entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações contidos nos Requerimentos de Comissão nºs 3.093, 4.059 e 4.061/2023. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2023.

Beatriz Cerqueira, presidenta – Macaé Evaristo – Lohanna – Coronel Sandro.

#### **ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 24/10/2023**

Às 17 horas, comparecem à reunião as deputadas Ione Pinheiro e Beatriz Cerqueira e os deputados Tito Torres e Gustavo Santana, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tito Torres, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na

pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 3.823/2022, em turno único (deputada Bella Gonçalves), 96/2019, no 2º turno, e 387/2023, no 1º turno (deputado Gustavo Santana) e 1.344/2023, em turno único (deputado Noraldino Júnior). Designa ainda, como relatora da visita realizada ao Monumento Natural Estadual Serra da Moeda, no Município de Moeda em 16/10/2023, a deputada Bella Gonçalves e avoca a si a relatoria da visita realizada à Estação Ecológica Estadual de Arêdes, no Município de Itabirito, em 10/08/2023. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 387/2023 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Gustavo Santana, aprovado pela comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2023.

Tito Torres, presidente – Gustavo Santana – Beatriz Cerqueira – Enes Cândido.



## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 10 horas do dia 27 de outubro de 2023, destinada a homenagear a Indústria Cerâmica Andradense S.A. – Icasa – pelos 50 anos de sua fundação.

Palácio da Inconfidência, 26 de outubro de 2023.

Tadeu Martins Leite, presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Macaé Evaristo e Lohanna e os deputados Coronel Sandro e Professor Wendel Mesquita, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 27/10/2023, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência de convidados, proceder à entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações com os alunos, as alunas, os professores e as professoras das escolas de Araxá que foram premiados no Concurso de Redação Maria Amália Dumont, no 11º Festival Literário de Araxá – Fliaraxá –, cuja edição teve como tema “Educação, literatura e patrimônio”.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 2023.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Ione Pinheiro e Bella Gonçalves e os deputados Gustavo Santana e Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 30/10/2023, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater os impactos

socioambientais decorrentes da implantação de uma usina fotovoltaica no Lago de Três Marias, onde está localizada a Usina Hidrelétrica de Três Marias, de propriedade da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 2023.

Tito Torres, presidente.

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

#### **Reunião Extraordinária da Comissão de Cultura**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Lohanna e Macaé Evaristo e os deputados Bosco e Mauro Tramonte, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 30/10/2023, às 18 horas, em Montes Claros, com a finalidade de, em audiência pública, debater a cultura negra no Estado dentro da perspectiva de um estatuto da igualdade racial.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 2023.

Professor Cleiton, presidente.

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

#### **Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Bella Gonçalves e os deputados Betão, Bruno Engler e Caporezzo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 31/10/2023, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência de convidados, debater direitos humanos e segurança pública com a apresentação da pesquisa realizada pelo projeto Justa, intitulada “Funil de investimento da segurança pública e prisional do Brasil”, com recorte no Estado de Minas Gerais.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 2023.

Andréia de Jesus, presidenta.



## **TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**

### **PARECER SOBRE O MENSAGEM Nº 91/2023**

#### **Mesa da Assembleia**

##### **Relatório**

O governador do Estado encaminha a esta Assembleia Legislativa a Mensagem nº 91/2023, em que solicita licença para que o governador se ausente do País por período superior a 15 dias, entre 1º e 18 de novembro de 2023, para empreender viagem oficial à China e ao Japão.

A referida mensagem foi publicada em 25/10/2023, vindo à Mesa da Assembleia para receber parecer, para os fins do art. 79, inciso VII, alínea “h”, do Regimento Interno.

##### **Fundamentação**

A concessão de licença ao governador do Estado para ausentar-se do País é prevista no art. 62, inciso XII, da Constituição do Estado, como matéria de competência privativa da Assembleia e é formalizada por meio de projeto de resolução de iniciativa privativa da Mesa da Assembleia, nos termos do art. 79, inciso VII, alínea “h”, do Regimento Interno.

Em sua mensagem o Governador aduz que:

A viagem tem por finalidade a minha participação, como representante dos interesses do Estado e junto à delegação oficial de Minas Gerais, em missão internacional com agendas em torno da China International Import Expo – CIIE, na qual serão realizadas agendas técnicas para exportação e importação de bens e mercadorias. Prevê-se, ainda, a realização de agendas institucionais e de negócios em Xangai, Nanjing, Pequim e Xuzhou.

Aproveitando o ensejo da missão empresarial à China, optou-se por incluir agendas também no Japão. A proposta da missão internacional é parte do intenso trabalho de apresentar nosso Estado como porta de entrada dos parceiros internacionais no Brasil, bem como consolidar as relações internacionais.

Assim, atendidas as normas legais pertinentes à matéria, julgamos oportuno o atendimento à solicitação do chefe do Executivo.

### **Conclusão**

Diante do exposto e com fundamento nos arts. 79, inciso VII, alínea “h”, e 194 do Regimento Interno, opinamos pela concessão da licença pleiteada, na forma do seguinte projeto de resolução.

### **PROJETO DE RESOLUÇÃO**

Concede licença ao governador do Estado para se ausentar do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – Fica concedida licença ao governador do Estado para se ausentar do Estado, por período superior a quinze dias, entre 1º e 18 de novembro de 2023, para empreender viagem oficial à China e ao Japão.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 26 de outubro de 2023.

Tadeu Martins Leite, presidente – Antonio Carlos Arantes, relator.

### **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.869/2021**

#### **Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência**

#### **Relatório**

De autoria do deputado Antônio Carlos Arantes, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Filantrópica Gabriel da Silva Carneiro Centro de Equoterapia e Equitação de Guaxupé – Equoespaço –, com sede nesse município.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

O projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública a Associação Filantrópica Gabriel da Silva Carneiro – Centro de Equoterapia e Equitação de Guaxupé – Equoespaço –, com sede nesse município, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter beneficente.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o estatuto, a entidade busca realizar atendimento multidisciplinar e inclusivo a pessoas com deficiência, promover o intercâmbio com outras organizações e entidades nacionais e internacionais para a realização de estudos e pesquisa em diversas áreas e promover a defesa de direitos sociais, coletivos e difusos.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação Filantrópica Gabriel da Silva Carneiro – Centro de Equoterapia e Equitação de Guaxupé Equoespaço –, consideramos meritória a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

#### **Conclusão**

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.869/2021, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2023.

Dr. Maurício, relator

### **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.875/2021**

#### **Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social**

#### **Relatório**

De autoria da deputada Beatriz Cerqueira, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Instituto Solidariedade e Ação – ISA –, com sede no Município de João Pinheiro.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

O projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública o Instituto Solidariedade e Ação – ISA –, com sede no Município de João Pinheiro, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter beneficente.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o estatuto, a entidade busca promover a cultura, a defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, a educação, a saúde, a segurança alimentar e nutricional e a inclusão habitacional.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pelo Instituto Solidariedade e Ação – ISA –, consideramos meritória a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

#### **Conclusão**

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.875/2021, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 2023.

Betão, relator.

**PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.997/2020****Comissão de Agropecuária e Agroindústria****Relatório**

De autoria do deputado Coronel Henrique, a proposta em análise “altera a Lei nº 10.021, de 6 de dezembro de 1989, para incluir a possibilidade de advertência ao produtor que não apresentar comprovação de vacinação contra febre aftosa, brucelose e raiva dos herbívoros no prazo definido em lei”.

Aprovado no 1º turno na forma original, retorna agora o projeto a esta comissão para dela receber parecer para o 2º turno, nos termos do art. 102, IX, combinado com o art. 189, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O projeto de lei em análise pretende incluir uma nova hipótese de conversão de penalidade de multa em advertência além da prevista no § 6º do art. 7º da Lei nº 10.021, de 6 de dezembro de 1989, que dispõe sobre a vacinação obrigatória contra a febre aftosa, a brucelose e a raiva dos herbívoros e dá outras providências.

Alterada recentemente pela Lei nº 23.639, de 2020, a Lei nº 10.021, de 1989, passou a permitir a conversão da multa já citada para os criadores não reincidentes que não efetuaram a imunização contra a febre aftosa dentro do prazo estabelecido em regulamento. Para tal concessão foram levadas em consideração as dificuldades operacionais do criador em tempo normal e, em especial, durante a pandemia de Covid-19. No entanto, a medida não estendeu o mesmo benefício ao criador que, após vacinar seu rebanho regularmente, perdeu o prazo de comunicação da imunização ao Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA –, que é de até 10 dias após a data determinada para o fim da vacinação. Essa segunda situação está estabelecida no inciso VIII do art. 5º da lei.

Logo, é esse o objeto do presente projeto de lei: estender ao criador identificado no referido inciso VIII a possibilidade de requerer a conversão de eventual multa em advertência e ser atendido caso não seja reincidente na infração, conforme regras definidas na mesma lei.

Já discutida e confirmada por esta comissão a validade da proposta e não havendo fatos supervenientes que possam alterar nossa análise já exarada, mantemos nosso posicionamento de que a matéria deve prosperar na forma como já foi aprovada em Plenário, no 1º turno.

**Conclusão**

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.997/2020, em 2º turno, na forma original.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2023.

Raul Belém, presidente e relator – Coronel Henrique – Dr. Maurício – Marli Ribeiro.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 26/10/2023, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Bertoldina Maria Vertchenko, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária;

exonerando Luciana Aparecida Ribeiro dos Santos, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia;

exonerando Rita de Cássia Gonçalves Azevedo, padrão VL-18, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Roberto Andrade;

exonerando Sara Valéria Resende Adamy, padrão VL-17, 8 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Desenvolvimento Econômico;

exonerando Saulo do Carmo Pompermayer, padrão VL-34, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Beatriz Cerqueira;

nomeando Luciana Aparecida Ribeiro dos Santos, padrão VL-36, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Beatriz Cerqueira;

nomeando Maria Clara Vartuli Cavanellas Niquini, padrão VL-12, 4 horas, com exercício no Bloco Avança Minas;

nomeando Patricia Alessandra Pimenta de Aguiar Fernandes, padrão VL-9, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bosco;

nomeando Paulo Tadeu Alvim Penido, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária;

nomeando Rita de Cássia Gonçalves Azevedo, padrão VL-17, 8 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Desenvolvimento Econômico;

nomeando Saulo do Carmo Pompermayer, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia;

nomeando Silvana Reis Thomaz Simões, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Administração Pública.

### **ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

#### **Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 135/2023**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: MCR Sistemas e Consultoria Ltda. Objeto: licenças do *software Adobe Creative Cloud*. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3.3.90 (10.1). Licitação: adesão à Ata de Registro de Preços nº 21/2022 do Ministério da Economia – Pregão Eletrônico SRP nº 11/2022.

### **AVISO DE LICITAÇÃO**

#### **Pregão Eletrônico nº 63/2023**

#### **Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 132/2023**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 17/11/2023, às 15 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para o registro de preços para serviços de remoção e assentamento de piso vinílico, com fornecimento de materiais.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br).

Belo Horizonte, 26 de outubro de 2023.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.